

CONSEMA

Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas

Ref. Relatório sobre a avaliação do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira

A Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas reuniu-se em 16/7 e 25/8 para avaliar o Plano de Manejo proposto para o Parque Estadual da Cantareira elaborado sob a responsabilidade da Fundação Florestal.

O Parque Estadual da Cantareira possui 7.916,52 ha e localiza-se nos municípios de São Paulo (4.278,50ha), Mairiporã (798,00ha), Caieiras (149,17ha) e Guarulhos (2.647,33ha). A gestão do parque está organizada em quatro núcleos: Pedra Grande, Engordador, Águas Claras e Cabuçu, abertos para visitação pública, especialmente para grupos previamente agendados.

O parque foi criado por lei em 1962 (Lei 6.884 de 29/08/62) originalmente com o objetivo de proteger mananciais de água para o abastecimento público. A área abrangida pelo PEC foi tombada pelo CONDEPHAAT, sendo que o mesmo é considerado, ainda, Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, reconhecido pela UNESCO em 1994. A Serra da Cantareira integra o maior manancial da RMSP. A vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Densa Montana em diversos estágios de regeneração.

Destaca-se que o PEC apresenta algumas características específicas que o diferenciam da maioria das demais UC. Situa-se nas franjas da mancha urbana do Município de São Paulo, em área de pressão de expansão urbana e, ao mesmo tempo, representa um dos mais importantes testemunhos dos remanescentes da mata atlântica dessa região.

O Plano de Manejo do PEC foi elaborado segundo o roteiro metodológico do IBAMA, tendo sido incorporadas as informações e demais elementos constantes dos planos de manejo elaborados em 1974 e 1988.

Em anexo encontra-se o seu resumo executivo, que contempla:

- Informações sobre a área;
- Metodologia adotada para a elaboração do plano de manejo;
- Informações relevantes obtidas nos diagnósticos realizados;
- Atributos ambientais e principais ameaças;
- Zoneamento do interior da UC, que contempla as seguintes zonas: Intangível, Primitiva, Histórico-Cultural, de Recuperação, de Uso Extensivo, de Uso Intensivo, de Uso Conflitante e de Uso Especial, além da Zona de Amortecimento, com suas respectivas normas e recomendações;
- Programas para a implementação do Plano de Manejo: Gestão Organizacional, Proteção, Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural, Uso Público, Interação Socioambiental e Regularização Fundiária.

A Comissão analisou, em especial, a delimitação da Zona de Amortecimento e as recomendações para o desenvolvimento de atividades e empreendimentos na mesma. Isto porque, devido à proximidade em relação a áreas urbanas consolidadas e à dinâmica da RMSP, foi considerado haver o risco de eventuais conflitos. As áreas licenciadoras foram instadas a avaliar as propostas para a ZA e participaram ativamente das discussões.

Importa ressaltar que os Planos Diretores Municipais e as leis municipais de uso do solo foram consideradas e incorporadas para o estabelecimento de normas para a ZA.

A partir das discussões foram formuladas algumas sugestões e recomendações em relação ao Plano de Manejo do PEC, todas incorporadas pela FF.

Considerando a experiência acumulada na análise de planos e manejo e a nova regulamentação do CONSEMA, após a edição da Lei 13.507/2009, a Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas sugere a edição de uma Deliberação CONSEMA da qual constem os principais aspectos do Plano de Manejo, de modo a assegurar a necessária publicidade e facilitar sua implementação. Da deliberação deverá constar também onde os mapas com as zonas podem ser obtidos por todos os interessados, seja em meio digital, seja em papel.

Assim, a Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas propõe ao plenário:

1. A aprovação do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira, com a edição de Deliberação específica conforme minuta anexa;
2. A aprovação da recomendação de que seja apresentado relatório da implementação dos programas previstos no plano de manejo um ano após sua aprovação para acompanhamento pela Comissão Especial.

São Paulo, 2 de dezembro de 2009.

Helena Carrascosa von Glehn
Comissão de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas
CONSEMA